

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o Ministro Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Hora de sair da caverna	2
Título: Governo estuda explorar urânio com iniciativa privada.....	3
Título: Bolsa cai 0,15%, apesar da alta das ações da Petrobras.....	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: A Petrobrás mantém-se no bom caminho	6
Título: Nordeste à mesa	7
Título: Petrobrás indica novo diretor de exploração	7
Título: Obras com recursos do BNDES são investigadas	8
Título: Governo vai começar do zero negociação com Petrobrás	10
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	10
Título: Grupo Cosan lança sua própria fintech.....	10
VEÍCULO: Valor Econômico.....	12
Título: PPI ganha poderes e buscará solução para megaobras paradas.....	12
Título: União deve pagar até US\$ 14 bi à Petrobras por cessão onerosa	14
Título: Curtas	17
Título: Preço dos combustíveis cai na 1ª semana	17
Título: 2019, o ano-chave para o setor de combustíveis	18
Título: CCEE espera resposta sobre antecipação de dívida	20
Título: Petrobras muda área de exploração e produção	22
Título: BR Distribuidora atinge maior valor de mercado desde IPO, com R\$ 31,3 bi	24
Título: Movido a petróleo, açúcar dispara em NY.....	25
Título: Destaques	26

Título: Apesar de Petrobras, Ibovespa recua 27

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Hora de sair da caverna

O "mito da caverna" faz parte da obra "A República", do filósofo grego Platão. Nesta metáfora, Platão nos convida a imaginar uma caverna onde nasceram, cresceram e vivem seres humanos. Durante toda a vida, permaneceram no interior da caverna, nunca saíram e vivem acorrentados com as costas voltadas para a sua entrada. Fora da caverna, existe a realidade do mundo exterior. Os homens desse mundo mantêm uma fogueira e transportam ao redor da luz do fogo imagens de objetos e seres, que têm as suas sombras projetadas na parede da caverna, onde os prisioneiros ficam observando. Os seres humanos acorrentados veem as sombras e pensam que elas são a realidade.

Platão pede que imaginemos a fuga de um dos seres humanos acorrentados na caverna para o mundo exterior. O fugitivo descobre que as sombras que antes via vinham de homens como ele e descobre a beleza da natureza que existe do lado de fora da caverna. Platão discursa então sobre o que esse homem fará com essa nova realidade e o que poderá acontecer se ele resolver voltar para a caverna, contando aos outros que a vida que estão vivendo é, na realidade, um engano. Platão nos remete a um dilema vivido por muitas sociedades. O aprisionamento num mundo atrasado de ilusões, preso em crenças e mitos errôneos, preconceitos, ideias falsas, assim como os homens na caverna.

No Brasil, temos o hábito de criar mitos e, com isso, viver acorrentados na caverna sem querer ter acesso à luz da verdade. Criamos em profusão falsas realidades: políticas, religiosas, artísticas e mitos econômicos que, ao longo da história, vêm causando enormes prejuízos à sociedade brasileira. No setor de energia convivemos com uma grande quantidade de mitos e ilusões que se transformaram em verdade e têm custado muito caro para a sociedade.

O mito mais antigo é o do "Petróleo é nosso". Como sabemos, principalmente, após a Lava- Jato, o petróleo nunca foi nosso, e sim de grupos políticos, sindicatos, corporações e privilegiados que só sobrevivem à sombra do governo e das empresas estatais. Daí a importância das privatizações. Ainda na área do

petróleo, outro mito é achar que no Brasil a gasolina e o diesel deveriam ser baratos pelo fato de sermos produtores de petróleo. Grande ilusão! Os derivados de petróleo são commodities; portanto, têm seus preços guiados pelo mercado internacional. Na realidade, os elevados preços no Brasil são fruto da alta carga tributária, e não culpa das refinarias, distribuidoras e postos de revenda.

Um mito que tem sido alardeado recentemente é sobre o papel das distribuidoras, tanto de energia elétrica e gás natural quanto as de **combustíveis** líquidos. A tese que sustenta o mito é a de que as distribuidoras são apenas atravessadoras e só servem para aumentar o preço ao consumidor.

No caso das distribuidoras de energia elétrica e de gás natural, é preciso entender que essas empresas atuam num segmento onde existe o chamado monopólio natural e que têm seus investimentos remunerados através de tarifas para movimentar elétrons e moléculas de gás, não vendendo energia elétrica e gás natural. Como atuam em segmento de monopólio natural, as tarifas são fixadas por agências reguladoras. Sem os investimentos em redes de distribuição, a energia elétrica e o gás chegariam mais caros ao consumidor, ou não estariam disponíveis para menores consumidores, como os residenciais.

No caso das distribuidoras de combustíveis, elas são responsáveis pela logística, garantia de suprimento e a qualidade do produto entregue ao consumidor. Recentemente, vem se discutindo a ilusão de que venda direta de etanol das usinas aos postos reduziria o preço para o consumidor. Além de não reduzir o preço, a venda direta de etanol pode trazer graves consequências, como piora na qualidade, desabastecimento e aumento de sonegação.

É preciso que o novo governo desacorrente e ajude a sociedade brasileira a sair do mundo atrasado de ilusões, presa em crenças e mitos. Não podemos perder essa oportunidade de, definitivamente, sairmos da caverna.

VEÍCULO: O Globo

Data: 08/01/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Governo estuda explorar urânio com iniciativa privada

Ministério de Minas e energia planeja projetos com participação majoritária de estatal nuclear O governo estuda parcerias com o setor privado para ampliar a

pesquisa e a exploração de urânio no Brasil. Hoje, essas atividades são exercidas apenas pelo poder público.

A ideia em discussão no Ministério de Minas e energia, revelada pelo jornal Valor Econômico, é estruturar contratos entre empresas privadas e a estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB), ligada à pasta.

A Constituição determina que a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios nucleares e seus derivados são monopólios estatais no Brasil. Alterar esse modelo não está em discussão. O plano em estudo no governo é permitir que empresas privadas entrem como parceiras minoritárias nos projetos.

O Brasil é dono da sétima maior reserva de urânio no mundo, segundo a INB. São 309 mil toneladas do minério distribuídas entre Bahia, Ceará, Paraná e Minas Gerais. Porém, o governo acredita que as reservas brasileiras sejam ainda maiores, já que menos de um terço do território brasileiro foi pesquisado.

Mesmo entre as dez maiores reservas de urânio do mundo, o Brasil vem importando tudo o que consome de países como Estados Unidos, Alemanha, Holanda e Reino Unido. Outros países com grandes reservas são Austrália, Canadá e Rússia.

No Brasil, a exploração desse mineral ocorria na mina de Caetité, na Bahia, a mais de 600 quilômetros de Salvador. Desde 2015, no entanto, a produção nacional parou porque a mina deixou de ser viável economicamente. Agora, a INB tenta buscar recursos para voltar a explorar o minério em novas minas da região.

USO PACÍFICO

O urânio é matéria-prima, principalmente, para a geração da energia nuclear. O mineral passa por um processo químico que gera um pó amarelo (o yellow cake), que posteriormente é enriquecido para gerar energia elétrica.

A Constituição também determina que o mineral só pode ser usado no país para fins pacíficos. Além da produção de eletricidade, a energia nuclear tem aplicações na medicina, na defesa, na engenharia, na produção de radiofármacos, na agricultura e na conservação de alimentos, entre outra.

VEÍCULO: O Globo**Data: 08/01/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Bolsa cai 0,15%, apesar da alta das ações da Petrobras**

O dólar comercial operou ontem na contramão do mercado externo. A moeda americana encerrou com valorização de 0,48%, a R\$ 3,734. No mercado de ações, o Ibovespa teve leve queda de 0,15%, aos 91.699 pontos, apesar da forte alta dos papéis da Petrobras, na expectativa de um acordo sobre a cessão onerosa.

Na mínima do dia, o dólar chegou a ser negociado a R\$ 3,691. O valor mais baixo acabou gerando um movimento de compra.

— A conclusão é que o dólar ficou barato, atraindo o comprador, seja ele importador ou especulador, encaminhando a cotação para uma correção — avaliou Ricardo Gomes da Silva Filho, superintendente da Correparti Corretora de Câmbio.

Globalmente, no entanto, o dólar perdeu força. O Dollar Index, da Bloomberg, que mede o comportamento da divisa frente a uma cesta de dez moedas, recuou 0,53%.

Na Bolsa, as ações da Petrobras subiram com a expectativa de um acordo sobre a cessão onerosa — o que foi negado, à noite, pelo Ministério da Economia. A cessão onerosa é um contrato em que a União cedeu à Petrobras o direito de explorar e produzir cinco bilhões de barris de óleo equivalente (petróleo e gás natural) em seis blocos do pré-sal, em 2010.

Os papéis preferenciais (PN, sem voto) avançaram 1,58%, enquanto os ordinários (ON, com voto) tiveram ganho de 3,24%. Durante o dia, chegaram a subir quase 5%.

— O Ibovespa tomou um porre de euforia nos três primeiros pregões do ano e subiu 4,5%. Agora, tem um ajuste

— disse Raphael Figueredo, analista da Eleven Financial.

(Ana Paula Ribeiro)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 08/01/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: A Petrobrás mantém-se no bom caminho**

A Petrobrás começou a corrigir seus rumos em 2016, na gestão Pedro Parente, manteve a política em 2018, com Ivan Monteiro, e deverá aprofundar as mudanças na administração Roberto Castello Branco, iniciada na última quinta-feira. Nos discursos que marcaram a posse do novo presidente da estatal, destacou-se a afirmação do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, de que "não há nenhuma possibilidade de o governo intervir nos preços dos combustíveis".

Mas outros pontos da política da empresa também têm grande significado, como a defesa de um mercado competitivo e o fim dos subsídios aos consumidores. O Brasil abriu o mercado de petróleo no governo Fernando Henrique. Atraiu investidores internos e externos para os leilões de campos terrestres e marítimos, inclusive do pré-sal, mas o peso da Petrobrás na produção e no refino continua sendo dominante. No refino, esse predomínio é total. A chegada de novos concorrentes para construir refinarias e comprar ativos de refino da estatal é vista pelo Ministério de Minas e Energia como auspiciosa para a competição e para a queda de preços de derivados.

Castello Branco reconheceu os esforços do governo de Michel Temer para pôr a estatal no bom caminho, mediante esforços de exploração e produção de petróleo e gás, venda de ativos e redução de dívidas, ainda muito elevadas devido à administração temerária que marcou os governos petistas. Para facilitar o entendimento dos consumidores sobre a política da Petrobrás, o ministro Albuquerque se comprometeu a dar mais transparência à política de preços dos derivados, "para que a população entenda o que está pagando".

Hoje, os parâmetros dessa política não são conhecidos. O esforço da Petrobrás para superar a crise dependeu fortemente da determinação das administrações anteriores, mas contou também com cotações favoráveis do petróleo. Esse reforço à política de ajuste iniciada há três anos deve se manter nos próximos meses. Preservar a política de redução do endividamento é o mais importante para que a empresa recupere o grau de investimento nas classificações das agências de risco, com o que poderá tomar recursos a custos menores. Além disso, os resultados da Petrobrás também ajudam o governo, dada a condição da empresa de maior pagadora de tributos do País.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 08/01/2019**Seção:** Colunas**Autor:** Sonia Racy**Título:** Nordeste à mesa**Direto da fonte**

O governador pernambucano Paulo Câmara, do opositor PSB, encaminhou ontem pedido formal de audiência a Bolsonaro. A agenda? Tem assuntos "leves", como a transposição do São Francisco, outros "polêmicos", como a privatização da **hidrelétrica do São Francisco...** e um tema novo e caro ao Nordeste: o 13.º salário do Bolsa Família

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 08/01/2019**Seção:** Economia**Autor:****Título:** Petrobrás indica novo diretor de exploração

O novo presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, indicou ontem Carlos Alberto Pereira de Oliveira para assumir a diretoria executiva de exploração e produção (E&P) da estatal, divisão que será o foco principal da petroleira.

O nome de Oliveira terá de ser submetido aos procedimentos internos de governança corporativa, incluindo as respectivas análises de conformidade e integridade necessárias ao processo sucessório da companhia. O engenheiro mecânico está na Petrobrás desde 1981 e liderava, até então, a área de gestão de portfólio, de parcerias e de desempenho da diretoria de E&P da estatal.

A saída de Solange da Silva Guedes, atual diretora executiva de E&P, será encaminhada à aprovação do Conselho de Administração da companhia. A executiva estava à frente da diretoria desde 2015 e trabalha há 33 anos na Petrobrás.

Trocas. Na sexta-feira, a Petrobrás deu início às mudanças na composição da sua nova diretoria executiva. Entram Anelise Quintão Lara, para assumir a coordenação de refino e gás natural, Lauro Cotta, para estratégia, organização e sistema de gestão, e Rudimar Andreis Lorenzatto, para desenvolvimento da produção e tecnologia.

Ao assumir a presidência da companhia na quinta-feira passada, Castello Branco prometeu um "sonoro não para os subsídios" dos combustíveis. Ele defendeu a

liberdade de preços e criticou qualquer interferência do governo para beneficiar os consumidores. O executivo ainda convocou investidores a competir com a estatal na produção de combustíveis.

Segundo Castello Branco, que por quase 15 anos foi diretor da mineradora Vale, a prioridade da sua gestão será a produção de petróleo e gás natural. O presidente da estatal disse ser "otimista com o gás natural", que, em sua opinião, deve ter novas utilidades, como para fins automotivos.

. VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 08/01/2019

Seção: Economia

Autor: André Borges / BRASÍLIA

Título: Obras com recursos do BNDES são investigadas

Dez dos 20 maiores financiamentos do banco têm obras sob investigação de corrupção

Superfaturamento, pagamento de propina, fraude em licitação, cartel de empresas. Na lista dos 20 maiores contratos de financiamento assinados pelo BNDES e que hoje estão ativos, ou seja, com saldo a receber pelo banco público, dez estão ligados a obras bilionárias que são alvo de investigações que apuram esquemas de corrupção.

Levantamento realizado pelo Estado com base em dados oficiais do BNDES revelam que o banco possui, atualmente, 11.670 contratos ativos em sua carteira de empréstimos a empresas e governos estaduais. Esses financiamentos – que já excluem situações em que o BNDES repassa recursos a outros bancos – somam R\$ 573,67 bilhões em contratos. Se considerados apenas os 20 maiores contratos assinados pelo banco, chega-se à cifra total de R\$ 60,15 bilhões, o equivalente a mais de 10% de toda a carteira ativa do BNDES.

Na relação das obras bilionárias investigadas pelo Ministério Público e pela Polícia Federal está o contrato que o banco assinou em 2012 com a Petrobrás, para a modernização das refinarias Getúlio Vargas (Repar), Planalto (Replan) e Duque de Caxias (Reduc). As obras, investigadas pela Operação Lava Jato em 2014, receberam R\$ 6,69 bilhões de empréstimos.

O segundo lugar na lista bilionária pertence à Eletronuclear, que em apenas um contratou, em 2011, R\$ 5,2 bilhões do BNDES para tocar as obras da Usina Nuclear de Angra 3, no Rio. Em 2016, o ex-presidente da Eletronuclear Othon Luiz Pinheiro foi condenado a 43 anos de prisão por corrupção, lavagem de

dinheiro, embaraço a investigações, evasão de divisas e organização criminosa envolvendo as obras da usina, paradas até hoje.

A Norte energia, concessionária que é dona da Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, é dona de quatro dos 20 maiores contratos ativos do BNDES, acordos que somam R\$ 11,2 bilhões. As obras da usina, que ainda não foram concluídas, são alvo de investigações da Lava Jato, envolvendo acusações de pagamento de propina e formação de cartel.

Problemas. Dois empreendimentos da **Transportadora Associada de Gás (TAG), da Petrobrás, também são investigadas**. No Amazonas, na construção do gasoduto Coari-Manaus, que recebeu R\$ 2,489 bilhões do BNDES, foram constatadas pelo menos 26 irregularidades pelo Tribunal de Contas da União indo parar nas apurações da Lava Jato. As investigações também encontraram problemas nas obras do gasoduto Cabiúnas (RJ) – Catu (BA), que recebeu outros R\$ 2,214 do banco de fomento.

As obras da linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro, com dois contratos entre os 20 maiores, somando R\$ 5,18 bilhões, também renderam acusações de propina. Ontem, durante o anúncio de posse dos novos presidentes do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e do BNDES, que será assumido por Joaquim Levy, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que os presidentes das instituições terão de enfrentar distorções no crédito estatal que, segundo Guedes, foram alvo de fraudes que serão reveladas quando o novo governo abrir a "caixa-preta" desses bancos.

Os dez contratos de obras investigadas listadas pela reportagem somam R\$ 33 bilhões. Desses, R\$ 30,2 bilhões já foram entregues às empresas. Procurado pelo Estado para comentar a situação das obras de seus maiores contratos de financiamento, o BNDES não se posicionou até o fechamento desta reportagem. A Petrobrás declarou que colabora com as autoridades que conduzem a Operação Lava Jato e que é reconhecida pelo Ministério Público Federal e Supremo Tribunal Federal "como vítima dos crimes desvendados" até agora. "É a maior interessada, portanto, em ver todos os fatos esclarecidos. A companhia seguirá adotando as medidas necessárias para obter a devida reparação dos danos que lhe foram causados", informou.

A Norte energia não quis comentar o assunto. O governo do Rio também não se posicionou. A **Eletrobrás**, dona da Eletronuclear, afirmou que a estatal tem honrado os compromissos de pagamento do empréstimo para Angra 3 e que tem feito "diversas tentativas de renegociação das condições de pagamento desse empréstimo, porém sem sucesso". O BNDES, segundo a empresa, "só aceita uma revisão mediante garantia da conclusão da obra".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 08/01/2019****Seção: Economia****Autor: Anne Warth Idiana Tomazelli / BRASÍLIA****Título: Governo vai começar do zero negociação com Petrobrás**

As negociações entre União e Petrobrás em relação à revisão do acordo de cessão onerosa vão recomeçar com a posse do presidente Jair Bolsonaro e do novo presidente da companhia, Roberto Castello Branco. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, há vários cenários sobre quem tem recursos a receber e qual o valor do pagamento. Em alguns cenários, a Petrobrás recebe recursos: US\$ 4 bilhões, US\$ 10 bilhões ou US\$ 14 bilhões. Em um deles, a companhia paga dinheiro à União. Em outro, a negociação fica no zero a zero para os dois lados. "Haverá negociação", disse uma fonte ao Estadão/Broadcast.

O governo precisa renegociar os termos do contrato firmado com a Petrobrás em 2010 para explorar 5 bilhões de barris nas áreas da chamada "cessão onerosa", no pré-sal, para poder fazer o leilão do petróleo excedente que existe na região. À época, a empresa pagou à União R\$ 74,8 bilhões pelos direitos de exploração. Durante a exploração, no entanto, viu-se que a área tem muito mais do que 5 bilhões de barris e é o óleo que excede esse volume que o governo pretende licitar. Autoridades têm estimado que um leilão dos excedentes da cessão onerosa poderia arrecadar cerca de R\$ 100 bilhões ao governo em bônus de assinatura, além de gerar arrecadação futura para a União, uma vez que a licitação ocorreria no modelo de partilha de produção. No regime de partilha a União fica com uma parte do óleo produzido.

Os recursos do megaleilão também seriam usados para indenizar a Petrobrás. Como nos anos seguintes ao acordo de cessão onerosa a cotação do barril de petróleo caiu muito, motivada por tensões geopolíticas, a Petrobrás alega que pagou à União um valor muito alto no acordo de 2010 e argumenta ter direito de ser ressarcida. No ano passado, o governo criou um simulador que mostra o impacto dos diversos itens que terminaram sem consenso nas negociações da revisão do contrato de cessão onerosa de áreas do pré-sal. Os pontos mais polêmicos, para os quais não houve consenso, foram definidos no projeto de lei já aprovado na Câmara e em tramitação no Senado.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 08/01/2019****Seção: Negócios****Autor: Natália Viri****Título: Grupo Cosan lança sua própria fintech**

São Paulo — O Grupo Cosan está lançando a sua própria fintech, numa tentativa de um dos titãs da velha economia de experimentar, com a desintermediação financeira, um nicho cada vez mais competitivo. A Payly — junção de “pay” e “daily” — é uma carteira virtual que permite pagamentos por meio de QR Code e transferências via celular.

Inspirada nos modelos do Alipay e do WeChat, a plataforma faz com que o dinheiro circule dentro de seu próprio ecossistema. Como dispensa cartão de crédito ou débito para os pagamentos on-line, a Payly reduz o custo de transações ao eliminar bancos, bandeiras e credenciadoras do processo.

Na empreitada, a Cosan se associou ao grupo Manzat, do empresário Ernesto Corrêa Filho, o fundador da GetNet. Além de deter 25% da Payly, o Manzat também é dono do Banco Topázio, a financeira que fará a retaguarda bancária do negócio.

Num setor cada vez mais povoado, principalmente por empresas nativas de tech, a Cosan está apostando no seu relacionamento com clientes e fornecedores para gerar massa crítica no negócio. Ao todo, mais de 20 milhões de clientes são atendidos diariamente pelas empresas do conglomerado: os postos Shell (nos quais a Cosan é sócia por meio da Raízen), a Comgás e a Rumo.

Os postos Shell no interior de São Paulo começaram a aceitar a Payly e o pagamento via app deve ser estendido para todo o território nacional ainda no primeiro semestre (a Payly opera como piloto desde setembro em praças como Piracicaba e Porto Alegre).

Apesar de usar sua própria base de clientes como ponto de partida, a Cosan não está apenas buscando uma solução para dentro da companhia, e sim tentando se adiantar à tendência dos pagamentos instantâneos, feitos via celular e sem a necessidade de cartões ou bancos tradicionais.

Na China, em média, os cidadãos costumam deixar apenas 30% do seu dinheiro no banco, enquanto os 70% restantes circulam via pagamentos móveis como WeChat ou Alipay.

A expectativa da Payly é de ter 1 milhão de clientes ativos já no primeiro ano de operação. O cliente baixa o aplicativo, faz um cadastro on-line e cria uma conta vinculada ao número de celular. Com ele, pode fazer transferências para outros usuários em poucos cliques. O dinheiro troca de contas instantaneamente.

O pagamento é feito via um QR Code que aparece na tela do computador, do tablet ou do celular nos lojistas. O desafio inicial é aumentar a capilaridade e

cadastrar uma rede de estabelecimentos comerciais que aceitem a modalidade de pagamento, ainda pouco conhecida no Brasil.

Para isso, a Payly tem uma carta na manga: vai cobrar do lojista uma taxa de apenas 0,1% da transação, contra percentuais que variam de 2,5% a 4,5% para o cartão de crédito e 0,8% a 1,2%, no débito. O pagamento cai na hora. Nos primeiros contratos que firmou como piloto, a Payly já se comprometeu a não aumentar a taxa para mais de 0,6% mesmo quando (e se) a operação ganhar corpo.

“Sem todos os intermediários no caminho, o custo de operação é muito menor”, diz Juliano Prado, CEO da Payly, um ex-engenheiro da Shell que trabalha há oito anos na Cosan, onde já foi o chief operating officer (COO) da Raízen, cuidando da cana desde a terra até virar açúcar e etanol.

O CTO da Payly é Fabian Gaban, ex-Visa, onde era o diretor responsável pelas soluções digitais — como o Visa Checkout, uma solução de pagamentos móveis — e o COO é Fabiano Martins, que foi general manager da Easy Taxi e da Cabify no Brasil.

A remuneração da Payly virá da taxa, mas principalmente do float (o retorno sobre o dinheiro que fica parado nas contas). O consumidor só paga uma taxa para transferir o dinheiro para outro banco, fora do ambiente da Payly.

A carteira digital também nascerá permitindo saques. A Payly fechou um acordo com a Saque e Pague, uma empresa do grupo Manzat, que criou uma nova modalidade de caixas eletrônicos. Os ATMs são abastecidos pelo caixa dos próprios lojistas em cujas lojas as máquinas são instaladas — a Saque e Pague assume o risco de segurança do dinheiro. Por enquanto, há 1,5 mil caixas espalhados pelo Brasil.

Segundo o CEO, o principal potencial da Payly está no B2B. “Empresas gastam uma fortuna de TED e DOC para pagar funcionários e fornecedores todo mês”, diz Prado. “Com a Payly, elas vão reduzir drasticamente esses custos”. A Cosan já planeja fazer o pagamento de seus funcionários pela plataforma.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Por Daniel Rittner | De Brasília

Título: PPI ganha poderes e buscará solução para megaobras paradas

Tido como um núcleo de excelência na administração federal e disputado por várias alas do bolsonarismo durante a fase de transição, o Programa de

Parcerias de Investimentos (PPI) terá sua atuação ampliada no novo governo. Além das concessões e privatizações na área de infraestrutura, o órgão vai ganhar uma nova secretaria para cuidar especificamente de "obras estratégicas". **A usina nuclear de Angra 3**, a ferrovia Transnordestina e a pavimentação da BR-163 até o porto de Miritituba (PA) são as principais candidatas entrar no sistema de acompanhamento do PPI.

"O segredo de um órgão de governo, para ter sucesso, é sempre se reinventar", afirmou ao **Valor** o secretário especial do PPI, Adalberto Vasconcelos, que foi mantido no cargo. Com 123 projetos concluídos (concessões leiloadas ou ativos vendidos), o programa já teve investimentos contratados no valor acumulado de R\$ 252 bilhões, informa Vasconcelos. Cerca de 80% disso será desembolsado nos cinco primeiros anos de contrato. Investidores de 39 países diferentes tiveram participação nas licitações.

A edição do decreto 9.669, assinado pelo presidente Jair Bolsonaro, garantiu novas atribuições ao programa. Com um time enxuto, o PPI passará a dedicar-se também aos megaprojetos que já têm se arrastado por diversas gestões. "Vamos trabalhar em parceria com os ministérios setoriais, mas articulando uma solução. Veja o caso da Transnordestina. Entra governo, sai governo e continua parada. Precisamos resolver isso de forma definitiva."

Os trabalhos vão ficar com o engenheiro gaúcho José Carlos Medaglia, ex-vice-presidente de governo da Caixa, que também comandou a Empresa de Planejamento e Logística (EPL). Ele já havia sido incorporado ao PPI em meados do ano passado. Agora, assumirá a recém-criada Secretaria de Coordenação de Obras Estratégicas e Fomento. A ideia é selecionar um pequeno conjunto de empreendimentos - entre cinco e dez - que estão inacabados.

A secretaria de Medaglia torna-se ainda o órgão executivo do FEP, fundo gerido pela Caixa Econômica Federal para aumentar o acesso de Estados e municípios à elaboração de projetos de concessão ou de parcerias público-privadas (PPPs). Como poucos entes subnacionais têm expertise suficiente para construir um projeto do zero, o que na prática trava investimentos privados, a intenção é "dar uma mãozinha" aos gestores estaduais e municipais.

Outra estrutura criada no PPI, pelo decreto de Bolsonaro, é a Secretaria de Apoio ao Licenciamento Ambiental. Ficará sob os cuidados de Rose Hofmann, ex-diretora do Ibama, que atua como consultoria legislativa da Câmara dos Deputados. Ela contará com uma equipe de nove pessoas para fazer a análise de pré-viabilidade dos projetos. O objetivo, segundo Adalberto Vasconcelos, é diminuir o potencial de conflito dos empreendimentos a serem leiloados pelo governo. Isso pode envolver, por exemplo, a mudança de traçado de uma ferrovia em estudo para facilitar o trâmite ambiental mais à frente.

"É um posto avançado de análise. Ninguém quer aqui substituir o trabalho do Ibama, mas antecipar problemas e, dependendo do caso, até adiantar os estudos ambientais. Idealmente, podemos até leiloar alguns projetos já com licença prévia", afirma o secretário especial. "O que não dá mais é para o investidor ganhar um contrato no Brasil e ficar dois ou três anos à espera do licenciamento."

Um caso de referência no PPI será o da BR-364/365, entre Jataí (GO) e Uberlândia (MG), muito provavelmente o próximo trecho de rodovia a ser privatizado. Ponto positivo: o projeto vai a leilão com licença prévia, uma espécie de atestado ambiental das futuras obras, que envolvem a duplicação da estrada. Ponto negativo a refletir: mesmo sem nenhuma grande pendência, a obtenção da licença demorou quase três anos.

Outros dois nomes do PPI já estão definidos. Pedro Bruno Barros de Souza, ex-assessor da presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ficará à frente da Secretaria de Coordenação de Energia e Aeroportos. Marcelo Barros da Cunha, auditor de carreira do Tribunal de Contas da União (TCU), assumirá a Secretaria de Coordenação de Transportes.

"Temos grandes desafios de governança, regulatórios, de segurança jurídica, de previsibilidade e transparência. Para permitir um crescimento sustentável e competitivo do país, por meio da aceleração do provimento de infraestrutura adequada, foi fundamental o PPI ter permanecido na Presidência da República e subordinado à Secretaria de Governo, com o ministro [Carlos Alberto] Santos Cruz", afirma o secretário.

Antes da definição, o núcleo de concessões e privatizações era desejado pelo ministro Gustavo Bebianno (Secretaria-Geral) e até pelo vice Hamilton Mourão. No programa de governo, foi pensado como parte da estrutura que migraria para o Ministério da Economia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Ribamar Oliveira | De Brasília

Título: União deve pagar até US\$ 14 bi à Petrobras por cessão onerosa

Projeções entregues à equipe de transição nas últimas semanas do ano passado mostram que a União deverá pagar em torno de US\$ 14 bilhões - quase R\$ 52 pelo câmbio de hoje - à Petrobras na revisão do contrato que cedeu para a estatal o direito de explorar seis grandes blocos de petróleo na camada do pré-sal.

A cifra ficaria mais ou menos no meio do caminho entre o pleito máximo apresentado inicialmente pela Petrobras, de cerca de US\$ 30 bilhões, e cenários contábeis nos quais a União se considerava credora na repactuação dos termos acordados em 2010.

Mantido em sigilo absoluto desde o ano passado, o valor foi comunicado a integrantes do novo governo por autoridades que pertenciam à gestão do ex-presidente Michel Temer, conforme antecipou ontem à tarde o **Valor PRO**, serviço de informação em tempo real do **Valor**. As ações da Petrobras fecharam em forte alta.

Após a publicação da notícia, a Secretaria Especial da Fazenda divulgou nota na qual confirma que o valor de US\$ 14 bilhões "constava em um documento apresentado pelo antigo governo às equipes de transição em uma tabela na qual havia simulações de vários cenários para resolução da questão". A nota acrescenta que "esse cenário específico citado na matéria apresentava baixa probabilidade de realização".

O montante, contudo, também foi discutido separadamente pela equipe de transição, inclusive com algumas avaliações que apontavam como cenário mais provável de ser realizado.

A área econômica tinha outros cenários, como uma dívida com a Petrobras de pouco mais de US\$ 5 bilhões e outro de US\$ 2,7 bilhões. O time de Paulo Guedes pretende brigar pela menor na revisão, que garanta resultados fiscais mais favoráveis ao governo.

O valor final a ser pago pelo governo à Petrobras foi submetido ao Tribunal de Contas da União (TCU), que ainda não se manifestou. A revisão do contrato da cessão onerosa terá que passar também pelo crivo dos acionistas minoritários - que, se a considerarem lesiva à estatal do petróleo, poderão ingressar com ação na Justiça, alertaram fontes ouvidas ontem pelo **Valor**.

O tamanho do acerto pode comprometer os planos da equipe econômica de zerar o déficit primário neste ano. A expectativa era usar as receitas do leilão de excedentes da cessão onerosa para acelerar o ajuste fiscal. Os últimos cálculos feitos no governo do ex-presidente Michel Temer apontaram um potencial de arrecadar R\$ 125 bilhões com esse leilão - neste total, incluído o montante devido à Petrobras. Há, também, pressão dos governadores para ficar com 20% das receitas.

Além do pagamento da União, a Petrobras deverá ser ressarcida em vários bilhões de dólares pelas empresas ou grupos vitoriosos no leilão de excedentes das reservas, de acordo com informações também repassadas à equipe de

transição. Até agora, a "megacompensação" não vinha sendo objeto de discussões públicas.

Na cessão onerosa, diferentemente de uma campanha exploratória tradicional, já foram realizados muitos investimentos em caríssimas plataformas de produção. Os vencedores do leilão poderão ter receitas imediatas, pois as reservas já foram identificadas e eles não terão que fazer prospecção. O valor do ressarcimento dependerá do volume recuperável de petróleo e da velocidade de exploração das reservas.

Fala-se, reservadamente e de forma não conclusiva, que esse diferimento poderia acarretar em um reforço de US\$ 10 bilhões adicionais no caixa da Petrobras.

A ordem agora, no governo Jair Bolsonaro, é retomar com força as discussões para concluir a revisão do contrato. O calendário atual prevê pagamento dos bônus de assinatura em novembro ou dezembro. Ou seja, se houver novos atrasos para definir o megaleilão dos excedentes da cessão onerosa, as receitas esperadas podem ficar para 2020.

Em 2010, a União cedeu à Petrobras, por US\$ 42,5 bilhões, o direito de explorar 5 bilhões de barris no pré-sal. Foi considerado, à época, um valor médio de US\$ 8,51 para o barril de óleo equivalente. As cláusulas previam uma revisão, depois de cinco anos, para verificar os preços e as reservas verificadas. Laudos indicam que existem pelo menos 6 bilhões de barris adicionais.

Caso haja mesmo diferenças a favor da Petrobras, na revisão, o contrato firmado em 2010 prevê que o pagamento da União seja somente em dinheiro, em títulos da dívida ou valores mobiliários emitidos pela empresa. Um projeto de lei já aprovado na Câmara dos Deputados e à espera de votação no plenário do Senado abre a possibilidade de pagamento "em barris equivalentes de petróleo".

O pagamento à Petrobras é uma despesa da União e estaria sujeito ao teto de gastos. Mas, se o pagamento for feito em petróleo, o obstáculo desaparecerá, pois ele não afetará o caixa do Tesouro nem a execução orçamentária.

A despesa não entraria nem sequer nas estatísticas fiscais, pois o caixa do Tesouro não apresentaria variação com a operação realizada. Nem mesmo a metodologia usada pelo Banco Central captaria a operação, pois o resultado fiscal é apurado levando-se em consideração a variação de saldos bancários. Não haverá alteração da dívida líquida ou bruta do governo. É importante observar que a Petrobras está excluída do resultado fiscal desde a década passada. **(Colaborou Fabio Graner)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/01/2019****Seção: Brasil****Autor:****Título: Curtas****Caça ao subsídio**

O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Carlos Alexandre da Costa, afirma que o governo deve rever os subsídios concedidos durante governos anteriores. Segundo ele, no entanto, isso não significa necessariamente que as medidas analisadas serão eliminadas. Costa diz que o objetivo da equipe econômica é acabar com políticas que "não fazem sentido", o que não inclui programas voltados à baixa renda.

Segurança de plataforma

O Comando da Marinha, em portaria publicada no "Diário Oficial da União", restringiu a movimentação de embarcações e a pesca numa distância inferior a 500 metros de plataformas de petróleo e outras unidades de produção de petróleo offshore. "Assim, nenhuma embarcação poderá pescar, navegar ou se aproximar a menos de quinhentos metros das plataformas de petróleo", exceto embarcações que estejam prestando apoio marítimo às plataformas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 08/01/2019****Seção: Brasil****Autor:****Título: Preço dos combustíveis cai na 1ª semana**

O preço médio da gasolina terminou em queda na primeira semana do ano. Até o dia 5 de janeiro, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) apurou queda de 0,32% no valor médio pago pelo consumidor nos postos de combustíveis. A retração representa, em valor, apenas um centavo. O preço médio apurado pela ANP no período foi de R\$ 4,33.

A agência reguladora apura o preço com base na coleta com os postos de combustíveis. O valor varia conforme a região.

O óleo diesel também terminou a semana em queda: 0,28% - o que também representa corte de um centavo no preço para as distribuidoras. O combustível foi vendido em média, nos postos, a R\$ 3,441, segundo a ANP.

Embora pequena, a queda da gasolina e do diesel representa uma mudança na tendência de preço dos combustíveis, que terminou o ano passado em alta.

A queda também reflete a acomodação de preços realizada pela Petrobras desde o fim do ano passado. Na semana encerrada no último sábado, a estatal havia baixado o preço da gasolina em 3,65% nas refinarias (R\$ 0,05 no valor cobrado pela companhia para as distribuidoras).

A queda da gasolina não chegou ao consumidor na íntegra porque tanto postos de combustíveis quanto distribuidoras têm liberdade para fixar os preços de revenda.

A redução do preço pela Petrobras faz parte da política de preços da estatal, que leva em conta as oscilações do dólar e da cotação do petróleo no mercado internacional. Nas refinarias, a Petrobras subiu o preço do diesel nas refinarias em 2,5% (R\$ 0,05) na semana passada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Vinicius de Carvalho e Diogo de Sant' Ana

Título: 2019, o ano-chave para o setor de combustíveis

Este ano promete ser agitado para o setor de combustíveis. O ano chega com indefinição no Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à legalidade do tabelamento do frete, com o fim do subsídio ao diesel, e com a expectativa da resposta da Agência Nacional de Petróleo (ANP) sobre as medidas regulatórias colocadas em discussão no 2º semestre de 2018, que vão de mecanismos de "acompanhamento" de preços à revisão da tutela regulatória para fidelidade à bandeira. A mistura desses componentes pode agravar os riscos econômicos em um setor já sensível da economia. A pergunta é: como desatar esses nós, transformando as dificuldades do cenário atual em uma agenda positiva que eleve a produtividade e a concorrência, contribuindo para a diminuição dos preços ao consumidor?

O ano de 2018 foi marcado por tensões políticas e por uma agenda regulatória fragmentada. As prioridades definidas após longo processo de consulta no âmbito da Iniciativa Combustível Brasil (MME) foram abandonadas e substituídas pela insegurança jurídica relativa ao tabelamento do preço do frete e pela implantação do subsídio ao diesel, que gerou impacto fiscal estimado em

cerca de R\$ 10 bilhões, inverteu prioridades na agenda ambiental - ao criar incentivo direto para o uso de fonte não renovável - e gerou impacto negativo na concorrência ao inibir artificialmente a importação. Além disso, medidas isoladas colocadas em discussão no pós-maio de 2018, tais como a venda direta de etanol usina-posto, o controle temporário de preços dos combustíveis e a publicação e controle prévio das mudanças nas fórmulas de precificação, também foram criticadas pelos efeitos negativos que podem gerar em termos de evasão fiscal, perdas de receitas a estados e União, aumento de custos logísticos e controle artificial de preços.

Reverter esse cenário crítico é desafio imediato e passa por colocar no centro da agenda regulatória temas estruturais, que podem ter efeitos positivos sobre a produtividade e a concorrência do setor. O primeiro é a agenda tributária. Muito além do peso dos impostos no preço final dos combustíveis, que no caso da Gasolina ultrapassam 40%, o próprio modelo de cobrança do imposto cria distorções que, se revertidas, podem trazer enormes benefícios para a sociedade brasileira. Um exemplo nítido é a sistemática de cobrança do ICMS. Atualmente, a cobrança do imposto é feita com base em alíquotas variáveis por estados e tem por referência um preço que não necessariamente corresponde ao da bomba, o chamado Preço Médio Ponderado ao Consumidor Final (PMPF). A substituição desse modelo por uma alíquota cobrada por litro e unificada em todo o país traria efeitos positivos imediatos, tais como evitar a sonegação gerada por alíquotas diferenciadas, incentivar uma concorrência mais agressiva e, para os governos, poderia simplificar a cobrança e o recebimento do imposto. Destaque-se que essa mudança poderia ser feita partindo-se da premissa da neutralidade fiscal em termos de arrecadação, ou seja, não afetaria as receitas governamentais e poderia gerar efeitos significativamente positivos em termos de eficiência e aumento da competição no setor de combustíveis.

O debate sobre a melhor alternativa para ampliar investimentos e a concorrência no refino é salutar

Ao mesmo tempo, é urgente discutir um modelo que aumente a concorrência no refino e permita a ampliação dos investimentos em infraestrutura logística (como armazenamento e dutos). Enquanto dados da ANP indicam um crescente déficit entre a capacidade de refino e o total de derivados consumidos no país, o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) aponta a necessidade de R\$ 30 bilhões em investimentos em portos, dutos, ferrovias, hidrovias, rodovias e armazenagem para atender a demanda por combustíveis até 2030. A combinação entre capacidade de refino decrescente e baixo investimento em infraestrutura pode gerar forte impacto para o consumidor e deixar a economia brasileira mais vulnerável às variações de preços internacionais.

É essencial, no entanto, evitar que o desinvestimento (e/ou parcerias) em refinarias leve à criação de monopólios regionais. A própria Petrobras, na proposta que fez sobre desinvestimentos em refinarias, dividiu o território nacional em cinco clusters distintos. O Cade também demonstrou preocupação em relação à divisão regional e indicou que a Petrobras não deveria atuar como sócia nas refinarias vendidas. O debate sobre a melhor alternativa para ampliar os investimentos e a concorrência no refino é salutar, e deveria estar no centro da agenda regulatória e normativa no próximo período.

Por fim, é preciso que reguladores e autoridades sejam claros em relação à liberdade de precificação. A tentativa de controle de preços afasta novos entrantes e limita investimentos em logística. Iniciativas como o controle prévio das fórmulas de precificação, como previstas em proposta de resolução apresentada recentemente pela ANP, emitem uma sinalização confusa em relação às prioridades dos reguladores.

No setor de combustíveis, a ordem dos fatores altera substancialmente o produto. Alterar os marcos legais de forma pontual e fragmentada sem atacar gargalos estruturais pode agravar os problemas existentes. A recente queda do preço do petróleo e a consequente diminuição dos preços na bomba dão fôlego para que os atores envolvidos na elaboração de normas regulatórias possam dar um passo na direção correta já no início de 2019, endereçando questões fundamentais como a revisão da estrutura tributária, o combate à sonegação e a contestação à posição dominante no refino. Sem isso, corremos o risco de agravar as incertezas e desconfianças que predominaram em 2018 e perderemos a oportunidade de colocar em prática medidas que realmente beneficiem o consumidor brasileiro.

Vinicius Marques de Carvalho e Diogo de Sant' Ana são, respectivamente, sócio e advogado de VMCA Advogados

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: CCEE espera resposta sobre antecipação de dívida

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aguarda até o fim de janeiro a resposta do grupo de bancos públicos e privados à proposta feita pela entidade em 2018 de quitar antecipadamente neste ano o restante da dívida de R\$ 21,2 bilhões contraída pela câmara para socorrer distribuidoras de energia,

durante a crise energética de 2014 e 2015. O valor ainda em aberto da dívida no fim de 2018 era de R\$ 10,1 bilhões.

A última parcela do empréstimo vence em abril de 2020. A quitação antecipada da dívida, no entanto, pode resultar em um efeito redutor nas tarifas de energia de 3%, em 2019, e 2%, em 2020, segundo fontes próximas do assunto.

"A CCEE promoveu uma reunião com os bancos onde apresentou proposta de quitação antecipada. As instituições financeiras ficaram de avaliar o impacto e o custo para essa antecipação, o que pode alterar o prazo final de quitação", informou a câmara, ao **Valor**.

"Os bancos devem analisar a proposta para quitação antecipada após sinalização da CCEE, pois há custo neste tipo de transação, e apresentar uma contraproposta. Com os valores em mãos, a CCEE analisará em conjunto com a Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica] a viabilidade financeira e os benefícios para o consumidor de energia", completou a CCEE.

Questionada sobre o custo atual do empréstimo ainda em aberto, a CCEE informou que a projeção do DI futuro para 2019 e 2020 era de 6,47% a 6,77%.

As alternativas e condições em negociação para a quitação antecipada são tratadas de forma sigilosa, assim como a engenharia financeira. O **Valor** apurou, porém, que a principal ideia é utilizar os recursos de uma conta reserva, criada na época para garantir que não houvesse inadimplência. Esse "colchão", arrecadado pelas distribuidoras via tarifa, somava em novembro cerca de R\$ 4,5 bilhões.

Segundo fonte com conhecimento do assunto, até setembro deste ano, o valor arrecadado para esta reserva alcançará o montante remanescente da dívida. Dessa forma, seria possível quitar, negociando custos melhores e desonerando o consumidor.

Em evento promovido pelo escritório Demarest Advogados, no fim de 2018, no Rio, a vice-presidente do conselho de administração da CCEE, Solange David, afirmou que "temos condições de antecipar o pagamento [...] Estamos verificando a possibilidade de fazer o pagamento antecipado".

O empréstimo foi a solução encontrada pelo governo Dilma Rousseff para socorrer as distribuidoras, durante a crise energética de 2014 e 2015. Na ocasião, as distribuidoras tinham descasamento elevado de caixa, entre o momento em que faziam o pagamento mensal pelo custo extra de geração de

termelétricas mais caras e o de recebimento dos recursos, por meio de reajustes anuais tarifários.

O empréstimo firmado pela CCEE se divide em três operações de financiamento. A primeira ocorreu em abril de 2014. A segunda, em agosto do mesmo ano. E a última foi feita em março de 2015. Considerando as três operações, participaram os bancos: Bradesco, Banco do Brasil, Santander, Itaú, Caixa Econômica Federal, Citibank, J.P. Morgan, Bank of America Merrill Lynch, BNDES e Banrisul. Retiraram-se posteriormente da operação BTG Pactual, JP Morgan, Credit Suisse e Banco de Brasília.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/01/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Petrobras muda área de exploração e produção

A Petrobras surpreendeu o mercado ontem à noite ao anunciar a saída da diretora-executiva de exploração e produção, Solange Guedes, que será substituída no cargo por Carlos Alberto Pereira de Oliveira. A mudança na cúpula da principal diretoria da estatal acontece depois de Solange ter sido confirmada no cargo em um comunicado da própria companhia divulgado na sexta-feira.

Solange era uma das principais lideranças da Petrobras na renegociação do contrato da cessão onerosa e acumulava 33 anos na empresa. Oliveira, o novo diretor, tem 38 anos dedicados à companhia e ocupava até então a área de gestão de portfólio, de parcerias e de desempenho, dentro da diretoria de exploração e produção. No comunicado de ontem, a Petrobras não detalhou as razões para a saída de Solange, mas disse que Oliveira será submetido aos procedimentos de governança da estatal.

Até então, a petroleira havia anunciado as saídas dos diretores de desenvolvimento da produção e tecnologia, Hugo Repsold Júnior; refino e gás natural, Jorge Celestino; e do diretor de estratégia, organização e sistema de gestão, Nelson Silva. Para os seus lugares foram escolhidos, respectivamente, Rudimar Lorenzatto, Anelise Quintão Lara e Lauro Cotta.

A escolha desses três diretores, anunciada sexta-feira, sugere que o atual comando da estatal, nas mãos de Roberto Castello Branco, se prepara para deslanchar a venda das refinarias, segundo fontes. Iniciada ainda na gestão Pedro Parente, a abertura do mercado de refino faz parte da plataforma econômica do governo Jair Bolsonaro.

Anelise ocupava o cargo de gerente-executiva de aquisições e desinvestimentos. Já Lauro Cotta é um executivo com grande bagagem no mercado de derivados e que também pode contribuir para o plano. Uma fonte da administração da estatal diz que Anelise traz, para sua pasta, a experiência obtida nos últimos dois anos na estruturação e execução de venda de ativos. "É um movimento simbólico [sobre a importância do refino para o programa de desinvestimento]", afirma a fonte.

O plano de negócios da Petrobras prevê venda de ativos que somam US\$ 27 bilhões até 2023. Na semana passada, Castello Branco, ao tomar posse, disse que os ativos de logística e de refino e distribuição serão objeto de análise "para inclusão no programa de gestão do portfólio da companhia com vistas ao desinvestimento". "No futuro próximo não estaremos sozinhos na indústria do refino", disse.

Para a pesquisadora da FGV Energia, Fernanda Delgado, a principal missão de Anelise será destravar a venda das refinarias. Em abril de 2018, a Petrobras anunciou a intenção de vender uma fatia de 60% nos polos das regiões Sul e Nordeste. A alienação das quatro refinarias (Refap/RS, Repar/PR, Rlam/BA e Rnest/PE), contudo, foi paralisada por força de uma liminar do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Ricardo Lewandowski, que proibiu a venda do controle de subsidiárias estatais sem o aval do Congresso.

O formato do plano de venda das refinarias da Petrobras é contestado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), que em dezembro abriu investigação sobre eventual abuso de poder dominante da estatal no refino. O Departamento de Estudos Econômicos do Cade, na ocasião, defendeu que a alienação parcial desses ativos não cria concorrentes plenamente independentes.

"Se a intenção na venda dos referidos ativos é a criação de um ambiente concorrencial vigoroso, entende-se ser oportuna a sugestão de que se faça uma venda de ativos por completo", aponta a nota técnica do Cade, que também sugere a necessidade de algum tipo de desinvestimento no Sudeste.

"Existe uma pressão por parte da sociedade e das instituições, como o Cade, para que se abra o refino. Há uma expectativa de que esse plano de desinvestimentos da Petrobras possa ser revisitado. Para quebrar o monopólio, tem que haver um número maior de ativos à venda. A Petrobras vai ter que mostrar um modelo de negócios mais detalhado e a indicação de uma técnica competente como a Anelise pode fazer esse processo andar", comenta Fernanda.

Os nomes dos três diretores indicados na semana passada mantêm, em certa medida, o perfil da composição da gestão anterior, na avaliação de uma segunda fonte da administração da companhia. As saídas de Hugo Repsold Júnior e Jorge Celestino Ramos, ambos funcionários de carreira da estatal, foram compensadas pela entrada de outros dois nomes do quadro técnico da empresa: Rudimar Lorenzatto e Anelise Lara.

A diferença, no caso da troca de Celestino por Anelise, está na trajetória interna na companhia: enquanto o ex-diretor fez sua carreira no abastecimento, Anelise possui uma bagagem maior nas áreas de exploração e produção e, mais recentemente, na gerência encarregada das vendas de ativos.

A fonte destacou que, com a indicação de Lauro Cotta, para a diretoria de estratégia e gestão, por sua vez, o comando da Petrobras mantém a opção de trazer um nome de fora, com um olhar mais distanciado, para pensar a empresa no longo prazo. Quando criou a diretoria, em 2016, a Petrobras já havia optado por um nome externo: Nelson Silva, ex-diretor da Vale e ex-presidente da BG. Assim como Silva, Cotta também acumula experiências numa multinacional, no caso a holandesa SHV.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: BR Distribuidora atinge maior valor de mercado desde IPO, com R\$ 31,3 bi

A BR Distribuidora atingiu ontem o maior valor de mercado desde o seu IPO (oferta pública inicial de ações) realizado há pouco mais de um ano, totalizando R\$ 31,280 bilhões. As ações da distribuidora de combustíveis controlada pela Petrobras fecharam o pregão de segunda-feira a R\$ 26,85, com alta de 0,56% em relação à sexta-feira e 86,63% superior na comparação com o valor de sua estreia na bolsa (R\$ 14,16, valor ajustado para o dia 14 de dezembro de 2017).

A partir de ontem, as ações da companhia passaram a integrar a carteira teórica do Ibovespa, considerado o mais relevante indicador de desempenho das ações negociadas no mercado brasileiro. Os papéis da BR Distribuidora terão participação de 0,592% no índice.

De acordo com a distribuidora de combustíveis, a valorização da companhia no mercado deve-se a investimentos realizados em governança corporativa, transformação digital e gestão de pessoas, entre outras medidas adotadas pela

empresa desde meados de 2017, quando já se preparava para o IPO que ocorreria no fim daquele ano.

"Estamos em um nível top da bolsa e estamos submetidos a um controle de governança maior. Adaptar a companhia para ter esse 'report' contínuo foi um desafio. Isso traz uma dinâmica diferente para todas as atividades da companhia", afirmou Flávia Serra, gerente de Educação Corporativa e Cultura da BR Distribuidora.

Segundo o gerente executivo de Tecnologia da Informação da empresa, Aspen Andersen, uma iniciativa interessante tem sido estimular a força de trabalho nas ações de transformação digital da empresa. "A questão é como conseguimos mobilizar e provocar a companhia para que ela inicie um movimento e ganhe velocidade o mais rapidamente possível. De que maneira aprendemos e nos transformamos mais rapidamente? Esse é o exercício diário", afirmou.

A companhia está implantando e gerenciando uma série de novos projetos nas áreas de tecnologia da informação e transformação digital. Uma das medidas em estudo, por exemplo, é iniciar este ano a possibilidade de pagamento nos postos de combustíveis pelo aplicativo da companhia, o "Premia".

"Nós temos o aplicativo que suporta o nosso programa de fidelidade, que hoje tem 12 milhões de clientes. E vamos lançar no mercado uma iniciativa que está piloto hoje, do pagamento no posto por dentro do aplicativo", explicou Andersen.

A Petrobras ainda possui 71,25% do capital da BR Distribuidora. O restante está pulverizado no mercado. Desse montante, apenas a Lazard Asset Management possui mais de 5% de participação (5,34%).

O vice-presidente da República, o general Hamilton Mourão, defendeu publicamente no ano passado a privatização do controle da BR Distribuidora. Questionado sobre o assunto, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, disse semana passada, durante a cerimônia de sua posse no cargo, que vai analisar quais ativos deverão ser vendidos pela petroleira.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/01/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Movido a petróleo, açúcar dispara em NY

O mercado de açúcar registrou forte valorização na sessão de ontem na bolsa

de Nova York, rompendo o marasmo que vinha se estendendo há semanas. A alta refletiu, em grande medida, a valorização do petróleo nas bolsas internacionais e compras especulativas.

Os contratos de segunda posição de entrega (normalmente, os mais negociados), com vencimento em maio, fecharam o pregão com alta de 5,82% (70 pontos) ante o pregão de sexta-feira, para 12,72 centavos de dólar por libra-peso.

Fontes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) afirmaram ontem a agências internacionais que a Arábia Saudita cortaria suas exportações com o objetivo de elevar os preços para US\$ 80 o barril. Os futuros do petróleo nos EUA chegaram a ter ganhos expressivos ontem após a notícia, acentuando a valorização acumulada no ano.

Uma alta do petróleo aumenta a pressão por altas nos preços da gasolina ao redor do mundo, inclusive no Brasil, onde o etanol hidratado pode se tornar uma opção economicamente mais atrativa aos motoristas. Se esse cenário se mantiver pelos próximos meses, as usinas brasileiras podem voltar a apostar mais na produção de etanol do que no açúcar, como fizeram durante a moagem da safra 2018/19, que termina oficialmente em março.

Boletins meteorológicas indicando baixo índice de chuvas no Brasil também geraram uma onda de compras especulativas. Após um dezembro com precipitações abaixo da média histórica no Centro-Sul, previsões de chuvas também abaixo da média em janeiro levantaram receios com uma eventual quebra na safra de cana de 2019/20 (que começa em abril).

"As pessoas começaram a ficar mais apreensivas. Mas só vai ter quebra se a seca se prologar até fim do trimestre", afirmou Henrique Akamine, gerente de análise de mercado da trading Czarnikow. Ele avalia que os preços podem subir até os 13 centavos de dólar a libra-peso, mas que é mais provável "andarem de lado" no curto prazo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/01/2019

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Petrobras contrata linha

A Petrobras vai contratar uma linha de empréstimo sindicalizado - com a participação de vários bancos - no valor de US\$ 2,5 bilhões e prazo de cinco anos, diz fonte com conhecimento da transação. A operação será na modalidade RCF ("revolving credit facility", no termo em inglês), que funciona como uma espécie de cheque especial para a companhia, que poderá sacar os recursos quando achar necessário, e conta com a garantia firme dos bancos líderes do sindicato formado por Citi, Banco Calyon, Scotiabank, JP Morgan e Mizuho. **(Silvia Rosa)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 08/01/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado e Victor Aguiar | De São Paulo

Título: Apesar de Petrobras, Ibovespa recua

O Ibovespa até tentou, por mais um dia, um fechamento acima dos 92 mil pontos, mas continua encontrando nesse patamar uma dificuldade grande de avançar. Para gestores, trata-se de um ponto adequado às perspectivas positivas para o mercado, mas que também equilibra os riscos antes das reformas fiscais saírem de fato do papel e na frente internacional.

A grande estrela de ontem, na queda de braço entre comprados e vendidos, foi a Petrobras. As ações da empresa passaram a ganhar tração durante a tarde, reagindo à informação do **Valor** de que a União deverá pagar em torno de US\$ 14 bilhões à companhia - quase R\$ 52 bilhões pela taxa de câmbio atual - na revisão do contrato da cessão onerosa.

A ação ordinária (ON) da Petrobras subiu 3,24%, em um movimento que veio desde o começo do dia, em linha com mais uma trégua das bolsas no exterior. Já a ação preferencial (PN) subiu menos (1,58%), após passar o dia no zero a zero - a ON é um ativo preferido por investidores estrangeiros, enquanto fundos locais operam mais a PN, em linhas gerais. O Ibovespa encerrou ontem em baixa de 0,15% ontem, aos 91.699 pontos, mas, com a ajuda da estatal, chegou a tocar os 92.552 pontos na máxima do dia. O giro financeiro foi novamente um destaque, ao bater a marca dos R\$ 12 bilhões.

No fim do pregão, os papéis da Petrobras absorveram parte da alta, com gestores ainda ponderando qual será o valor exato que ela receberá. Mas o tema continua como um dos principais vetores de alta, porque a definição do pagamento é algo que o mercado aguarda com grande ansiedade, desde o ano passado.

A informação também cai como uma luva para um Ibovespa que parece ter encontrado no patamar dos 92 mil pontos um limite adequado, por um lado, ao entusiasmo com a gestão do presidente Jair Bolsonaro, mas, por outro lado, pautado pelo ambiente recheado de incertezas no exterior e por desencontros na primeira semana do novo governo. Entre os ruídos, estiveram o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e a idade mínima na reforma da Previdência estudada até agora.

Segundo gestores, os fundos locais continuam movimentando mais o Ibovespa do que os estrangeiros, e o fato é que o ambiente lá fora ainda impede que os não residentes olhem para o Brasil com a mesma confiança dos locais. Só no dia 3, os não residentes retiraram R\$ 2,3 bilhões da bolsa, conforme dados mais recentes da B3.

"Temos uma visão positiva para o mercado, mas estamos menos empolgados do que a média dos fundos locais, mais parecido com o estrangeiro. Entre as estatais, por exemplo, há grandes histórias, mas não são todas", afirma Tomás Awad, gestor da 3R Investimentos. Para ele, uma das estatais de maior potencial é a estreante do Ibovespa, controlada pela Petrobras: a BR Distribuidora. Na visão do gestor, tanto a estatal de petróleo quanto outras empresas públicas listadas já incorporaram aos preços as perspectivas para a venda de ativos ou privatização e é preciso, portanto, refinar mais as apostas agora.

Segundo outro gestor, que prefere não ser identificado, o estrangeiro nutre uma visão positiva quanto ao país, mas ainda espera que a reforma da Previdência saia do papel e que a situação lá fora inspire menos cuidado. Por enquanto, diz, as preocupações envolvendo principalmente os Estados Unidos (crescimento da economia, alta de juros, disputas políticas internas e comerciais com a China) sugerem que o investidor estrangeiro vai manter a cautela, mais do que fundos locais.

Por aqui, porém, as perspectivas favoráveis continuam - e são calibradas por novidades que animem os gestores. Para Raphael Figueredo, sócio e analista da Eleven Financial Research, o mercado passa por certa acomodação de preços, depois de uma alta de 4,5% do Ibovespa na semana passada.

MME / ASCOM .